

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

No início do corrente ano, vivendo-se uma situação de inegável caos nas urgências hospitalares do Serviço Nacional de Saúde, com doentes 12 e 13 horas a aguardar serem atendidos, a imprensa chegou a noticiar a existência o caso de uma cidadã que esteve à “*Espera 6 dias nas Urgências por uma cama*”.

Com efeito, na sua edição de 3 de janeiro, o jornal *Correio da Manhã* noticiou o seguinte:

*“A falta de camas no hospital de Famalicão, do Centro Hospitalar do Médio Ave (CHMA), está a deixar doentes à espera nas Urgências, em alguns casos, há vários dias. Segundo apurou o CM uma mulher esteve seis dias nas Urgências à espera de uma cama. Há outros doentes que estão há mais de 48 horas em macas nos corredores e numa sala sobrelotada, à espera de passar para o internamento. Quem lá trabalha denuncia a situação de rutura”.*

*“Num vídeo filmado durante o fim de semana no serviço de Urgência do CHMA veem-se dezenas de doentes, na sua maioria idosos, deitados em macas, sem qualquer privacidade. É visível até um enfermeiro a prestar cuidados a um doente praticamente despido, à vista de dezenas de outros utentes. Quem lá trabalha diz que esta tem sido uma situação recorrente. «Há camas que ocupamos corredores até às casas de banho. Como não há espaço, os doentes são tratados junto de outros doentes, o que põe em perigo a higiene do local», denuncia ao CM um funcionário da unidade que pede anonimato, garantindo não estar a ser feita a devida higienização aos doentes: «Não são respeitadas as condições nem distância mínima entre doentes».*

Nesse mesmo dia, à margem da tomada de posse dos corpos gerentes da Misericórdia do Porto e segundo vários órgãos de comunicação social, o Sr. Ministro da Saúde reagiu à situação descrita, considerando “*absolutamente inaceitável*” que uma mulher tenha estado seis dias à espera de uma cama nas urgências do Hospital de Famalicão, afirmando ainda o seguinte: “*Determinei de imediato a abertura de um inquérito pela Inspeção-geral das Atividades em Saúde e pedi à Administração Regional de Saúde do Norte que também fizesse o mesmo*”,

salientando ainda ter a certeza de que o *“hospital irá retirar consequências dessa situação”*.

Considerando que decorreram já quase dois meses desde a ocorrência da situação referida, importa que o País conheça o resultado dos dois processos de averiguações ordenados.

A gravidade dos factos denunciados, aliás, como se referiu, reconhecida pelo próprio Ministro da Saúde, exige que o apuramento dos mesmos, via inquérito, se proceda com celeridade e as suas conclusões sejam tornadas públicas.

Assim, ao abrigo das normas constitucionais e regimentais aplicáveis, vêm os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata abaixo assinados, por intermédio de V.<sup>a</sup> Exa., solicitar que o Sr. Ministro da Saúde responda às seguintes questões:

1. A Inspeção-Geral das Atividades em Saúde e a Administração Regional de Saúde do Norte procederam à abertura dos inquéritos superiormente ordenados?
2. Foram os mesmos concluídos?
3. Quais as conclusões a que os referidos inquéritos chegaram?
4. Em caso de resposta negativa, quais as razões que justificam a sua demora e qual o prazo expetável para o seu término?
5. Que outras diligências foram ordenadas pelo Ministério da Saúde relativamente aos factos alegados?
6. O Centro Hospitalar do Médio Ave correspondeu à expetativa do Ministro da Saúde que afiançou estar certo de hospital iria *“retirar consequências dessa situação”*?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 23 de Fevereiro de 2017

Deputado(a)s

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)

ÂNGELA GUERRA(PSD)

LUÍS VALES(PSD)